

“INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR”: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) RESSIGNIFICANDO A COLONIALIDADE

“INTEGRATE NOT TO DELIVER”: THE CIVIL MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) RESIGNIFYING COLONIALITY

Jair Leandro Chaves de Souza¹

Tailini Mendes Carodí²

RESUMO

Analisar as heranças coloniais no discurso da ditadura civil-militar, entre 1964 a 1985, como práticas construtoras da geo-política, leva à compreensão da atual situação de cataclismo ambiental em que se encontra a região amazônica brasileira, especialmente o Estado do Acre. Identificando o “autoritarismo que transcende o período autoritário”, conforme declarou o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, no debate “Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois”, este artigo propõe compreender as violentas permanências e a absoluta falta de visão socioambiental ao tratar do desenvolvimento econômico da região através da análise dos discursos, tanto do imaginário dos navegantes e jesuítas do tempo colonial quanto dos propagandistas da ditadura militar, e das similaridades ideológicas contidas na intenção de ocupar e desenvolver a região, associada ao isolamento e vulnerabilidade ainda nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Amazônia; Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

Analyzing the colonial inheritance in the discourse of the civil-military dictatorship, between 1964 and 1985, as building practices of geo-politics, leads to the understanding of the current situation of environmental cataclysm in the Brazilian Amazon region, especially the State of Acre. Identifying the “authoritarianism that transcends the authoritarian period”, as stated by anthropologist Alfredo Wagner Berno de Almeida, in the debate “Amazon against authoritarianism - 50 years later”, this article proposes to understand the violent stays and the absolute lack of social and environmental vision when dealing with the economic development of the region through the analysis of the discourses, of the imaginary of the navigators and Jesuits of the colonial time as of the propagandists of the military dictatorship, and of the ideological similarities contained intending to occupy and develop the region, associated with isolation and vulnerability even today.

KEYWORDS: Dictatorship; Amazon; Developmentalism.

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 7º Período.
E-mail: jairleandro8@gmail.com

² Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 7º Período.
E-mail: tailini-mendes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A ocupação do território amazônico no período colonial foi construída a partir do discurso fundador, uma construção lúdica alimentada por contos e mitos disseminados pelas crônicas ilustradas com fantasiosos mapas através de navegantes e jesuítas, criando um cenário exótico e paradisíaco, onde o imaginário confundia-se com os objetivos da expansão marítima: a busca por territórios, metais preciosos, especiarias; um suposto vazio demográfico que necessitava ser preenchido com produtividade econômica, “imagens de uma terra que necessita ser ocupada de uma gente que precisa ser ‘civilizada’ para fazer frente à cobiça mundial” (COSTA, 2001, p. 1).

Dentro desta perspectiva, a colonização desumanizou os que viviam em solo amazônico. Os habitantes da terra foram vistos pelos missionários como “criaturas vazias, destituídas de qualquer crença ou ideologia nas quais eles poderiam facilmente introduzir seus conceitos de cristãos” (COSTA, 2001, p. 3). Eram eles considerados selvagens, subjugados, inferiores e incapazes de compreender as dimensões da civilidade ocidental.

Neste sentido, é interessante observar as continuidades e permanências das práticas coloniais e a apropriação destes discursos como tática político-ideológica durante o período ditatorial: o bordão “Integrar para não entregar” foi lema da propaganda dos projetos militares. Emílio Garrastazu Médici foi o segundo presidente militar e um dos principais responsáveis pela inserção ideológica da máquina modernizante no território amazônico, de acordo com Maria de Jesus:

A propaganda oficial alardeada pelo presidente Médici centrava-se em transferir “os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”. Os “homens sem terra” do Nordeste eram resultado da concentração de terras e de políticas públicas que mais agravavam que atenuavam a situação de pobreza na região, pois não foram capazes de atacar as questões básicas de infra-estrutura que visava minimizar os problemas decorrentes da seca. Da mesma forma, a Amazônia, apesar da baixa densidade demográfica, não se constituía no “vazio demográfico” que se apregoava. As suas terras já estavam ocupadas por tribos indígenas e por pequenos agricultores e posseiros, desde pelo menos o século XVIII (MORAIS, 2000, p. 59).

O resultado disso é uma Amazônia convenientemente narrada por olhares externos e que está sempre apta a receber iniciativas internacionais, seja por interesses europeus (como ocorreu inicialmente) ou interesses norte-americanos (como ocorreu na ditadura civil-militar durante o período de 1964 à 1985).

2 O IMPÉRIO E A CIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, uma ênfase foi acionada retomando o imaginário da colonização, onde o desenvolvimentismo torna-se palavra de ordem da “propaganda política sem precedentes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 454). A concepção nacionalista típica da ideologia militar buscava unificar o país e a região Amazônica torna-se alvo de projetos de integração específicos que tinham objetivos análogos aos do período colonial, conforme o livro de Iberê:

Floresta abaixo para corredores rodoviários levarem o progresso para o “sertão” verde, “espaço vazio” a ser ocupado pela agricultura, pecuária, mineração e tudo o mais que pudesse tirar a vastidão de seu estado de letargia. Junto à fronteira econômica, uma fronteira demográfica para fazer viver o que se entendia morto, senão adormecido. Povos indígenas inteiros, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pescadores e muitos, muitos outros, foram desconsiderados em seus modos de existência e de consciência, afinal, parecidos com “índios”, precisavam seguir o império e a ciência da integração (IBERÊ, 2015, p. 16-17).

A Doutrina de Segurança Nacional³ dos militares, por exemplo, justificou ações como a abertura de grandes estradas e é explícita no pronunciamento de Carlos Aloysio Weber, ex-comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, em 1971, quando afirma ter se apropriado da mesma tática portuguesa ao abrir o caminho para a construção da Transamazônica, projeto modelo que representou a ordem e o progresso chegando finalmente a um Norte vazio e desabitado:

Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, chê? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho (BRUM, 2014⁴).

No caso específico do estado do Acre, a interligação dos municípios, até então efetivada por via fluvial, passa a partir da década de 70 a acontecer através de novas rodovias. Indício deste fato é a criação de 5 novos municípios em regiões estratégicas, segundo o discurso oficial, para a “proteção” das fronteiras:

³ A Doutrina de Segurança Nacional está fundamentada na ameaça sofrida pela Amazônia com o isolamento com o restante do país e pelos movimentos revolucionários desencadeados em Cuba, o que poderia encontrar aliados no movimentos camponeses do Nordeste (REGO, 1992).

⁴ Entrevista cedida pelo ex-comandante para edição especial sobre a Amazônia da revista *Realidade*, 1971. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html?fbclid=IwAR11PCepuTstiY3CvO9fvnFBKBhixNioIwXxq2fFkfujFPIiotFlb77Ugeol> Acesso em 04 jun. 2019.

Os novos municípios foram: Assis Brasil, nas margens do Rio Acre, na fronteira com o Peru e Bolívia; Plácido de Castro, nas margens do Rio Abunã, na fronteira com a Bolívia; Senador Guiomard, nas margens da BR-317; Mâncio Lima, nas margens do Rio Moa - na bacia do Rio Juruá e Manoel Urbano, nas margens do Rio Purus. (MORAIS, 2000, p. 44).

Esses grandes empreendimentos foram financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), causando aumento da dívida externa e significando varreduras ambientais e sociais por onde passaram: o genocídio dos povos Tenharim e Jiahui durante a construção da Transamazônica são evidências do elemento de violência deste período. Segundo o livro *Brasil: Uma Biografia*,

A construção da Transamazônica serviu de alavanca para um ambicioso programa de colonização que incluía o deslocamento de quase 1 milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 454).

Outras rodovias podem ser citadas, além da Transamazônica: inclui-se também as estradas Perimetral-Norte, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e a BR 364, ligando Cuiabá (MT) à Cruzeiro do Sul (AC).

Ao longo dessas estradas, foram se desenvolvendo frentes agropecuárias, mineradoras e madeireiras responsáveis pelo aumento vertiginoso do desmatamento, poluição de rios e nascentes e o desaparecimento, invisibilizado na narrativa historiográfica, de povos originários, ribeirinhos, castanheiros e seringueiros.

Para complementar o plano desenvolvimentista, o governo militar traçou metas de incentivo fiscal para o fortalecimento da pecuária, mineração, madeireiras e setores industriais. A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) aplicavam capital a juros baixíssimos para projetos considerados produtivos. Esses empréstimos tinham destinatários já abastados e ignoravam absolutamente a grande leva de migrantes em situação análoga à escravidão que chegavam em grandes contingentes na região, ludibriados pela propaganda militar que prometia perspectivas de enriquecimento.

Como iniciativa militar, surge também o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o intuito de regulamentar terras ocupadas de forma ilegal. Ativo até os dias atuais, o INCRA é um exemplo da permanência política desse modelo de ideologia, onde “os loteamentos elaborados pela instituição na região seguem os ditames da facilidade contra qualquer argumento técnico” (RODRIGUES, 2009, p. 72).

3 MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA FLORESTA

A coalizão dos interesses industriais sobre as terras e recursos naturais acaba construindo uma identidade regional focada na modernização compulsória, onde as consequências são problemas de ordem social e urbana: aumento das periferias através do incentivo às migrações falta de saneamento básico, infraestrutura, moradia, recursos de saúde, educação e condições mínimas de cidadania.

A situação urbana, ou seja, o modo de vida urbano, só acontece na Amazônia no momento em que o país é unificado pelos transportes, comunicações e mercado. O que vem ocorrer com o advento das políticas públicas dos militares. Estes vão ser responsáveis pela substituição do extrativismo vegetal pela agropecuária, pelos grandes projetos minerais, hidrelétricos e redes técnicas; o que vai desencadear o surgimento de novas cidades e crescimento populacional das já existentes (MORAIS, 2000⁵).

No estado do Acre, recém anexado ao Brasil, por exemplo, até então povoado por índios, caboclos e descendentes de “cearenses”, recebe a partir da década de 70 migrantes genericamente denominados pela linguagem local de “sulistas”. Os sulistas eram, sobretudo, capitalistas que viam no solo acreano novas oportunidades de crescimento econômico, impulsionados pelo imaginário propagandista civil-militar de uma Amazônia demograficamente vazia.

Em *Acre (anos) de cinema: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas (1972-1982)*, o prof. dr. Hélio Moreira da Costa Júnior faz menção da canção “Padrim Sebastião”, escrita em 1976 por Pia Vila e Terri Vale, abordando a sua poética como um símbolo de resistência aos sulistas capitalistas que adquiriam grandes hectares de terra por preços baixos a fim de provocar o desenvolvimento amazônico sem levar em consideração o meio ambiente. A poética pode ser analisada a seguir:

Padrim Sebastião
da colônia cinco mil
Do Santo Daime
Da Santa Maria
Em corrente com Antônio Conselheiro
Está anunciando
Que o Acre vai virar pasto de boi
E quando ouvir falar de índio sem terra
É sinal de guerra em todo lugar
O parafuso tá arrojando e a porca vai estrompar
O capeta anda solto por aqui
São os sulistas capitalistas de berro de boi
Estão expulsando os homens da colocação
E berra boi

⁵ Artigo não publicado pela autora, porém disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1orgB0HevJBCAe-ztU0AWSu1HoW6Ufc6B/view>> Acesso em 04 jun. 2019.

E berra boi.
(VILA, TERRI, 1976)

Ambos citados na música, Padrim Sebastião e Antônio Conselheiro significam focos de resistência contra a incisiva do latifúndio idealizados pelo colonialismo e militarismo. A Colônia Cinco Mil⁶, que teve sua ascensão durante o período civil-militar, comandada por Padrim Sebastião, cria um ambiente que propõe formas de organização social em sintonia com a preservação da natureza. Já Antônio Conselheiro, em suas peregrinações, dialoga com a população minoritária situando o não-lugar do povo e significando a força nordestina enraizada na cultura acreana.

A releitura de Pia Vila e Terri anuncia que o Acre vai virar pasto de boi, denunciando a implementação intensiva do agronegócio neste momento histórico. Outra característica marcante da canção é a importância da arte como ferramenta de resistência, ambientalismo e espiritualidade.

4 CONCLUSÃO

Característica marcante da história acreana, o legado de luta ambiental tornou-se inspiração internacional de preservação. A luta dos Trabalhadores Rurais, que iniciou no período da ditadura militar e culmina nos assassinatos dos líderes sindicais Wilson Pinheiro em 1980 e Chico Mendes em 1988, acaba por lançar ao mundo novos conceitos e modelos de resistência ambientalista: os Empates⁷, as Reservas Extrativistas⁸ e a União dos Povos da Floresta⁹, por exemplo. Deste modo é importante construir narrativas descolonizadoras, que criem identidades e permanências, para além das práticas coloniais e militares ainda enraizadas na política brasileira. Possibilitar a visibilidade desses contrapontos é a essência da prática não-colonial, ferramenta

⁶ A Colônia Cinco Mil é uma comunidade ayahuasqueira, fundada em 1973 e localizada em Rio Branco-Ac, por Padrim Sebastião, seguidor de Mestre Irineu Serra, fundador da doutrina daimista. Exerceu resistência durante o período de Ditadura Militar pondo em prática ideais de vida comunitária similares ao movimento hippie em ascensão na década de 1970.

⁷ Os Empates foram manifestações políticas, organizadas pelos seringueiros da floresta amazônica, na tentativa de barrar o desmatamento e a tomada de terras pelos fazendeiros durante as décadas de 60 e 70.

⁸ Reserva Extrativista é uma conquista efetiva da luta dos seringueiros. São Reservas ambientais que valorizam a extração sustentável dos recursos naturais assim como a manutenção das comunidades tradicionais como parte ativa da preservação. Serviram de modelo a nível mundial para criação de outros tipos de reservas ambientais, demarcações de terras quilombolas e indígenas e reservas subaquáticas.

⁹ Pela primeira vez na história ambientalista, as populações tradicionais (ribeirinhos, povos originários, seringueiros, castanheiros, catadores de coco, etc) são consideradas parte da natureza a ser preservada, pois seu estilo de vida mantém os recursos naturais conservados. A partir da luta dos seringueiros, nasce o conceito de União dos Povos da Floresta, pois houve a necessidade de unir os povos da terra pela Natureza.

política que deve ser pensada como preservação da essência nativa, que existe, mesmo após tanto genocídio, que resiste, mesmo após o silenciamento de seus líderes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. no **“Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois”**, debate promovido pelo Ministério Público Federal em 2014, na Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/heranca-da-ditadura-militar-no-pais-ainda-permanece-na-amazonia>. Acesso em 04 jun. 2019.

BRUM, Eliane. **A ditadura que não diz seu nome – O imaginário sobre a Amazônia e os povos indígenas, forjado pelo regime de exceção, é possivelmente a herança autoritária mais persistente na mente dos brasileiros de hoje, incluindo parte dos que estão no poder. E a que mais faz estragos na democracia.** Entrevista cedida pelo ex-comandante para edição especial sobre a Amazônia da revista *Realidade*, 1971. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html?fbclid=IwAR11PCepuTstiY3CvO9fvnFBKBhixNioIwXxq2fFkfuJFPIiotFlb77Ugeol Acesso em 04 jun. 2019.

COSTA, Vânia Maria Torres. **A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou.** In: 6º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2008, Niterói - RJ. 200 anos de mídia no Brasil/ Historiografia e Tendências [...]. Niterói - RJ: [s. n.], 2008.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: a serpente do capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau).** Rio Branco: Edufac, 2015.

JÚNIOR, Hélio Moreira da Costa. **Acre (anos) de cinema: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas (1972-1982).** Rio Branco-AC: Edufac, 2010.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco - Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** 2000. Dissertação (Programa de Pós Graduação) - Mestrado em Geografia, Florianópolis-SC, 2000.

RODRIGUES, Gomercindo. **Caminhando na floresta.** Rio Branco-AC: Edufac, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.